

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL – CREDN

REQUERIMENTO N.º _____, de 2009

(Do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame)

Requer a indicação de membros da CREDN para participar da 15ª Conferência da Partes (COP-15).

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do inciso XV do art. 41, conjugado com o art. 38, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que ouvido o Plenário, que a *Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional - CREDN*, se faça representar por alguns de seus membros, para participar da **15ª Conferência da Partes (COP-15)** - Conferência Internacional das Mudanças Climáticas da ONU agendadas para os dias 7 a 18 de dezembro de 2009, em Copenhague, capital da Dinamarca.

JUSTIFICAÇÃO

As nações estão percebendo que é necessário fazer muito mais para conter as emissões de gases do efeito estufa, e, para isso, precisarão tomar decisões que podem selar uma nova era na luta contra o aquecimento global. Por isso, todas as atenções – e também as esperanças – se voltam para a 15.ª Conferência das Partes (COP-15), que acontecerá entre os dias 7 e 18 de dezembro desse ano, em Copenhague, capital da Dinamarca.

Esse encontro está sendo considerado como o mais importante da história recente dos acordos multilaterais ambientais, pois tem por objetivo estabelecer o tratado que substituirá o Protocolo de Kyoto, vigente de 2008 a 2012.

Segundo o economista britânico Nicholas Stern, autor dos primeiros estudos sobre o custo global para controlar o clima no planeta, “o encontro será tão decisivo quanto à reunião de Bretton Woods, onde os aliados definiram a geopolítica do mundo após a II Guerra”.

Também, de acordo com o embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado, Chefe do Departamento de Meio Ambiente e Temas Especiais do Ministério das Relações Exteriores – MRE, “trata-se certamente do processo internacional mais importante do ano”. A COP 15 poderá resultar em metas mais ambiciosas para a redução de carbono, em ações mais efetivas dos países em desenvolvimento, maior abertura para a conservação de florestas e regras para financiar todo esse esforço.

Com base em relatórios científicos, os países concordam – dentro do que se chama de “visão compartilhada” – que a elevação da temperatura em 2°C em relação à era pré-industrial é o limite máximo de segurança para o planeta. Acima desse nível, a situação pode sair do controle e tornar-se catastrófica, com graves impactos econômicos e sociais. Hoje o aumento é de 0,7°C, mas os gases já lançados na atmosfera têm o poder de elevar a temperatura para 1,6°C, mesmo se todas as emissões fossem cortadas. O foco da disputa está em evitar o aumento além de 0,4°C na temperatura média da Terra.

O Protocolo de Kyoto, assinado em 1997, estipulou metas obrigatórias para os países industrializados diminuírem as emissões em média 5,2% até 2012, em relação a 1990. No entanto, os últimos estudos científicos do IPCC (Intergovernmental Panel on Climate Change), divulgados em 2007, constataram que o acordo é insuficiente para conter o aquecimento global.

Como resultado, os esforços se voltaram para a negociação de cortes mais ambiciosos dos países ricos e soluções para que também os países em desenvolvimento entrem no jogo após 2012.

A principal proposta em debate, apresentada por um bloco de 36 países em desenvolvimento sob a liderança do Brasil, é a redução dos gases-estufa nas nações desenvolvidas em 40% até 2020. O corte seria suficiente para manter a temperatura planetária em níveis seguros, contando com a participação dos Estados Unidos.

A União Européia acenou com 20% de diminuição de gases em relação a 1990 – exceto Reino Unido, que aceita 34%. Os americanos, que não assinaram o Protocolo de Kyoto, mas dão sinais de que se engajarão no esforço global, falam em apenas 8% de redução.

O impasse exige novas cartas na mesa. Mecanismos alternativos deverão ser criados em Copenhague para que os países em desenvolvimento assumam algum nível compromisso, sensibilizando os ricos para a adoção de metas maior e para o repasse recursos financeira à mitigação dos gases nas regiões emergentes.

O cenário esperado para Copenhague resulta de um processo que começou na década de 80 com os primeiros debates sobre a influência do homem

no efeito estufa. O tema ganhou corpo com a Convenção da ONU sobre Mudanças do Clima, na Rio-92, culminando cinco anos depois no Protocolo de Kyoto.

Em vista desses aspectos, fazem-se mais do que necessário a participação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, em todas as discussões e painéis temáticos, na 15ª Conferência das Partes (COP 15), que se realizará no dias 7 a 18 de dezembro desse ano, em Copenhague, capital da Dinamarca.

Por isso, peço o apoio de todos nobres membros dessa Comissão, para que seja aprovado este requerimento.

Sala das Comissões, em 02 de setembro de 2009.

Antonio Carlos Mendes Thame
Deputado Federal
PSDB/SP